

Q1.

Em um trabalho de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, defende-se a ideia de que em nossos dias há o enaltecimento de uma cultura global, a cultura-mundo, que, apoiando-se no apagamento das fronteiras, cria denominadores culturais dos quais participam sociedades e indivíduos, apesar das diferentes tradições, crenças e línguas que lhes são próprias.

Embora seja um estudo perspicaz, algumas afirmações me parecem discutíveis. Uma que se diria pouco procedente consiste em supor-se que, em vista de milhões de turistas visitarem locais como a Acrópole e os anfiteatros gregos da Sicília, a cultura não perdeu valor em nosso tempo. Mas as visitas de multidões a grandes museus e monumentos históricos não representam um interesse genuíno pela "alta cultura" (assim a chamam), visto que isso faz parte da obrigação do turista. Em vez de despertar seu interesse pelo passado e pela arte, exonera-o de conhecê-los a fundo. Essas visitas dos turistas "em busca de distrações" desnaturam o significado real desses museus e monumentos.

Um estudo recente do sociólogo Frédéric Martel mostra que tal "cultura-mundo" de que falavam Lipovetsky e Serroy já ficou para trás, defasada pela voragem de nosso tempo.

As reportagens e os testemunhos coligidos por Martel são representativos de uma realidade que a sociologia e a filosofia ainda não tinham se atrevido a reconhecer. A maioria das pessoas não consome hoje outra forma de cultura que não seja aquela que, antes, era considerada passatempo, sem parentesco com as atividades intelectuais e artísticas que constituíam a cultura. O autor vê com simpatia essa transformação, porque, graças a ela, a cultura do grande público arrebatou a vida cultural à pequena minoria, que antes a monopolizava.

A diferença essencial entre a cultura do passado e o entretenimento de hoje é que os produtos daquela pretendiam transcender o tempo presente, ao passo que os produtos deste são fabricados para serem consumidos no momento e desaparecer. Para essa nova cultura são essenciais a produção industrial maciça e o sucesso comercial. A distinção entre preço e valor se apagou. É bom o que tem sucesso; mau o que não conquista o público. O único valor existente é agora o fixado pelo mercado.

(Adaptado de: LLOSA, Mario Vargas. A civilização do espetáculo: Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Edição digital)

Considerando que certas afirmações de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy suscitam dúvida, Vargas Llosa

- A) estabelece uma distinção entre produtos culturais bem e malsucedidos, sendo que estes são provenientes da produção industrial em massa.
- B) critica o apagamento das fronteiras culturais, uma vez que não leva em conta as diferenças simbólicas entre as culturas de sociedades diversas.
- C) atualiza o conceito de "cultura-mundo", argumentando que a cultura do passado perdurou, chegando até o presente por meio de museus que a consagram.
- D) questiona a ideia de que as visitas de turistas a museus e monumentos históricos resultem em conhecimento aprofundado e interesse verdadeiro por eles.
- E) enaltece o caráter efêmero dos produtos culturais de hoje, mas ressalta que, apesar disso, a cultura é disseminada de forma mais democrática na atualidade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Níveis de linguagem

Q2.

Mantém o nível formal de linguagem o que se encontra em:

- A) Diz que se a gente desgostar de literatura, mormente a antiga, estamos fadados à alienação cultural.
- B) Os poemas escritos por Horácio fazem ele ser reconhecido até os dias de atualmente.
- C) Desde a Antiguidade que se leem Virgílio, amigo de Horácio que o poeta dedicou uma ode.
- D) Era Horácio, filho de um escravo liberto, dentre os escritores romanos, o poeta lírico de maior renome.
- E) Conquanto que se leia bons livros, eles nutrem você de conhecimento e sabedoria.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Articulação do texto: coesão e coerência

Q3.

Sem privacidade

Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares, redes sociais e dispositivos outros das mais variadas conexões? Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio "ouvir conversa alheia". Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais de todo mundo. Viajando de ônibus, por exemplo, acompanham-se em conversas ao celular brigas de casal, reclamações trabalhistas, queixas de pais a filhos e vice-versa, declarações românticas, acordo de negócios, informações técnicas, transmissão de dados e um sem-número de situações de que se é testemunha compulsória. Em clara e alta voz, lances da vida alheia se expõem aos nossos ouvidos, desfazendo-se por completo a fronteira que outrora distinguia entre a intimidade e a mais aberta exposição.

Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras, o humor de mau gosto disputa espaço com falácias políticas – tudo deixando ver que agora o sujeito só pode existir na medida em que proclama para o mundo inteiro seu gosto, sua opinião, seu juízo, sua reação emotiva. É como se todos se obrigassem a deixar bem claro para o resto da humanidade o sentido de sua existência, seu propósito no mundo. A discrição, a fala contida, o recolhimento íntimo parecem fazer parte de uma civilização extinta, de quando fazia sentido proteger os limites da própria individualidade.

Em meio a tais processos da irrestrita divulgação da personalidade, as reticências, a reflexão silenciosa e o olhar contemplativo surgem como sintomas problemáticos de alienação. Impõe-se um tipo de coletivismo no qual todos se obrigam a se falar, na esperança de que sejam ouvidos por todos. Nesse imenso ruído social, a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo. Pretender identificar-se como um sujeito singular passou a soar como uma provocação escandalosa, em tempos de celebração do paradigma público da informação.

(Jeremias Tancredo Paz, inédito)

Considere as seguintes orações:

I. Perdeu-se a antiga privacidade.

II. No lugar da antiga privacidade está uma irrestrita conectividade.

III. Não há mais recolhimento íntimo duradouro.

Essas orações articulam-se num período cuja redação é clara, correta e coesa em:

- A) Como não há mais recolhimento íntimo e duradouro, já que a antiga privacidade deu lugar à irrestrita conectividade, ei-la perdida.
- B) Não havendo mais a antiga privacidade, sem recolhimento íntimo duradouro, está em seu lugar a irrestrita conectividade.
- C) Uma vez perdida a antiga privacidade, conquanto em seu lugar esteja uma irrestrita conectividade, já não há mais recolhimento íntimo duradouro.
- D) O recolhimento íntimo duradouro, perdeu-se com a antiga privacidade, em cujo lugar agora é ocupado por uma irrestrita conectividade.
- E) Já não há recolhimento íntimo duradouro, visto que no lugar da antiga privacidade está agora uma irrestrita conectividade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA - CIÊNCIAS CONTÁBEIS / DPE/AM / 2018 / FCC

Q4.

Uma amiga me disse que em alguns cursos da Universidade de Princeton o celular e o tablet foram proibidos porque os estudantes filmavam e fotografavam as aulas, ou simplesmente brincavam com joguinhos eletrônicos. A proibição do uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula numa das maiores universidades dos Estados Unidos não é desprezível. O celular na palma da mão desconcentra o estudante e abole uma prática antiga: a caligrafia.

Dos milenares hieróglifos egípcios gravados em pedra e palavras escritas em pergaminho à mais recente prescrição médica, a caligrafia tem uma longa história. Mas essa história – que marca uma forte relação da palavra com o gesto da mão – parece fenecer com o advento do minúsculo teclado e sua tela.

Lembro uma entrevista com Roland Barthes, em que o crítico francês dizia que as correções das provas tipográficas dos romances de Balzac pareciam fogos de artifícios. É uma bela imagem do efeito estético da caligrafia no papel impresso. Quando pude ver essas páginas numa exposição de manuscritos, fiquei impressionado com a metáfora precisa de Barthes, e admirado com a obsessão de Balzac em acrescentar, cortar e substituir palavras e frases, e alterar a pontuação. O autor de *Ilusões Perdidas* não poupava esforço para alcançar o que desejava expressar, e esse empenho tão grande acabou por exauri-lo quando escrevia seu último romance.

Mas há beleza também na caligrafia torta e hesitante de uma criança, numa carta de amor escrita a lápis, na mensagem pintada à mão no para-choque de um caminhão, no muro grafitado da cidade poluída.

Num de seus poemas memoráveis, "O Sobrevivente", Carlos Drummond de Andrade escreveu à mão e depois datilografou:

“Há máquinas terrivelmente complicadas para as necessidades mais simples. / Se você quer fumar um charuto aperte um botão”. Na mão que move a escrita há um gesto corporal atávico, um desejo da nossa ancestralidade, que a maquininha subtrai, ou até mesmo anula. Ainda escrevo alguns textos à mão, antes de digitá-los no computador. No trabalho diário de um jornalista, isso é quase impossível, mas na escrita de uma crônica, pego a caneta e o papel e exercito minha pobre caligrafia. Talvez eu seja o antepenúltimo dinossauro. Mal escrevo essa palavra, vejo um dos minúsculos seres que se originaram de um dinossauro emplumado. É um pássaro que desconheço; pousou num galho do manacá florido, e seu canto misterioso me remete ao livro A Linguagem dos Pássaros, escrito no século 12 pelo poeta persa Farid Ud-din Attar. Nele, a caligrafia é sinônimo de “beleza da escrita, linguagem da mão e nobreza do sentimento”.

(Adaptado de: Milton Hatoum. Disponível em: cultura.estadao.com.br)

O segmento em que se exprime noção de finalidade está em:

- A) as correções das provas tipográficas dos romances de Balzac pareciam fogos de artifícios.
- B) Se você quer fumar um charuto aperte um botão.
- C) esse empenho tão grande acabou por exauri-lo.
- D) O autor de Ilusões Perdidas não poupava esforço para alcançar o que desejava expressar.
- E) O celular na palma da mão desconcentra o estudante.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Discurso direto e indireto

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q5.

Aspectos Culturais de Mato Grosso do Sul

A cultura de Mato Grosso do Sul é o conjunto de manifestações artístico-culturais desenvolvidas pela população sul-mato-grossense muito influenciada pela cultura paraguaia. Essa cultura estadual retrata, também, uma mistura de várias outras contribuições das muitas migrações ocorridas em seu território.

O artesanato, uma das mais ricas expressões culturais de um povo, no Mato Grosso do Sul, evidencia crenças, hábitos, tradições e demais referências culturais do Estado. É produzido com matérias primas da própria região e manifesta a criatividade e a identidade do povo sul-mato-grossense por meio de trabalhos em madeira, cerâmica, fibras, osso, chifre, sementes, etc.

As peças em geral trazem à tona temas referentes ao Pantanal e às populações indígenas, são feitas nas cores da paisagem regional e, além da fauna e da flora, podem retratar tipos humanos e costumes da região.

(Adaptado de: CANTU, Gilberto. Disponível em: <http://profgilbertocantu.blogspot.com.br/2013/08/aspectos-culturais-de-mato-grosso-do-sul.html>)

O artesanato, uma das mais ricas expressões culturais de um povo, no Mato Grosso do Sul, evidencia crenças, hábitos, tradições e demais referências culturais do Estado. (2º parágrafo)

No contexto, o trecho destacado veicula a ideia de

- A) explicação.
- B) proporção.
- C) concessão.
- D) finalidade.
- E) conclusão.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Tempos, modos e vozes verbais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 20ª / 2016 / FCC

Q6.

[Civilização e sofrimento]

É uma afirmação corrente que boa parte da culpa dos sofrimentos humanos vem do que é chamado de nossa civilização. Seríamos bem mais felizes se a abandonássemos e retrocédêssemos a condições primitivas, satisfazendo nossos instintos básicos. Tal asserção me parece espantosa, porque é fato estabelecido – como quer que se defina o conceito de civilização – que tudo aquilo com que nos protegemos da ameaça das fontes do sofrer é parte da civilização.

Como é que tantas pessoas chegaram a partilhar esse ponto de vista de surpreendente hostilidade à civilização? Acho que uma profunda insatisfação com o estado civilizacional existente preparou o solo no qual, em determinadas ocasiões históricas, formou-se essa condenação.

(Adaptado de: FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011, p. 31)

Todas as formas verbais têm emprego plenamente adequado na seguinte frase:

- A) Teríamos sido bem mais felizes se abandonarmos as normas da civilização, vindo a retroceder aos hábitos primitivos.
- B) Seremos mais felizes se houvermos de satisfazer nossos instintos mais primários, que há tanto abandonáramos.
- C) Não importa como se a defina, é imperativo que a civilização se mantenha consolidada como projeto humano.
- D) Deverão haver ainda mais hostilidades contra a civilização, caso se viesse a insistir no bem maior da vida primitiva.
- E) Será espantoso se, em pleno processo civilizatório, vírmos a renunciar ao que já nos guiara por tanto tempo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Classes de palavras

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TST / 2017 / FCC

Q7.

A coletânea de aforismos que constituem os dois volumes de Humano, demasiado humano, considerado o marco inicial do segundo período da produção de Nietzsche, é um ajuste de contas definitivo com as ideias fundamentais do sistema filosófico de Schopenhauer.

Dedicando o livro à memória do filósofo francês Voltaire e escolhendo como epígrafe uma citação de René Descartes, Nietzsche já o insere simbolicamente na tradição da filosofia das Luzes, caracterizada pela confiança no poder emancipatório da ciência, em seu triunfo contra as trevas da ignorância e da superstição. Não por acaso, portanto, a obra tem como subtítulo Um livro para espíritos livres.

Se, para o jovem Nietzsche, era a arte – e não a ciência – o que constituía a atividade metafísica do homem, em Humano, demasiado humano ela é destituída desse privilégio. Fazendo uma referência velada a pressupostos fundamentais da filosofia de Schopenhauer, dos quais partilhara, Nietzsche toma agora o cuidado de se afastar criticamente deles. “Que lugar ainda resta à arte? Antes de tudo, ela ensinou, através de milênios, a olhar com interesse e prazer a vida, em todas as suas formas. Essa doutrina foi implantada em nós; ela vem à luz novamente agora como irresistível necessidade de conhecer. O homem científico é o desenvolvimento do homem artístico”.

Se, para o jovem Nietzsche, o aprofundamento do conhecimento científico conduzia à proliferação de um saber erudito e estéril, que sufocava a vida, para o Nietzsche do período intermediário o conhecimento científico torna livre o espírito. Pouco mais tarde, Nietzsche aprofundaria seu novo entendimento relativo ao papel da ciência e à oposição entre esta e a arte. Contraopondo-se àqueles que valorizam apenas a imaginação e as obras-primas do disfarce estético, o filósofo afirma: “eles pensam que a realidade é horrível; contudo, não pensam que o conhecimento até da mais horrível realidade é belo, do mesmo modo que aquele que conhece bastante e amiúde está, por fim, muito longe de considerar horrível o grande todo da realidade, cuja descoberta lhe proporciona sempre felicidade. A felicidade do homem do conhecimento aumenta a beleza do mundo”.

(Adaptado de: GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Nietzsche. São Paulo, Publifolha, 2000, p. 42-46)

... ela é destituída desse privilégio. (3º parágrafo)

... e à oposição entre esta e a arte. (último parágrafo)

Os pronomes sublinhados acima retomam, respectivamente, os seguintes elementos:

- A) a arte – a imaginação
- B) a ciência – a realidade
- C) a atividade metafísica – a realidade
- D) a arte – a ciência
- E) a atividade metafísica – a imaginação

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Flexão nominal e verbal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q8.

Além do ato instintivo, inconsciente, automático, puramente reflexo, evitação do sentimento doloroso, ocorre a infundável série dos gestos intencionais, expressando o pensamento pela mímica, convencionalizada através do tempo. Essa Signe Language, Gebärdensprache, Langue per Signes, Language per Gestes, tem merecido ensaios de penetração psicológica, indicando a importância capital como índices do desenvolvimento mental.

Desta forma o homem liberta e exterioriza o pensamento pela imagem gesticulada, com áreas mais vastas no plano da compreensão e expansão que o idioma. Primeira forma da comunicação humana, mantém sua prestigiosa eficiência em todos os recantos do mundo. As pesquisas sobre antiguidade e valorização de certos gestos, depoimentos insofismáveis de certos temperamentos pessoais e coletivos, índices de moléstias nervosas, apaixonam estudiosos.

A correlação dos gestos com os centros cerebrais, ativando-lhes a capacidade criadora, e não esses àqueles, possui, presentemente, alto número de defensores. Esclarecem-se, atualmente, a antiguidade e potência intelectual da Mímica como documento vivo, milenar e contemporâneo, individual e coletivo.

Não havendo obrigatoriedade do ensino mas sua indispensabilidade no ajustamento da conduta social, todos nós aprendemos o gesto desde a infância e não abandonamos seu uso pela existência inteira. Os desenhos paleolíticos registram os gestos mais antigos, de mão e cabeça, e toda literatura clássica, história, viagem, teatro, poemas, mostra no gesto sua grandeza de expressão insubstituível.

Não existe, logicamente, a mesma tradução literal para cada gesto, universalmente conhecido. Na famosa estória popular da Disputa por Acenos, cada antagonista entendia o gesto contrário de acordo com seu interesse. Negativa e afirmativa, gesto de cabeça na horizontal e vertical, têm significação inversa para chineses e ocidentais. Estirar a língua é insulto na Europa e América, é saudação respeitosa no Tibete. Vênias, baixar a cabeça, curvar os ombros, ajoelhar-se, elevar a mão à frente, são universais. A mecânica da adaptação necessária a outras finalidades de convívio explica a multiplicação.

(Adaptado de: CASCUDO, Câmara, "Prefácio", em História dos Nossos Gestos. Edição digital. Rio de Janeiro: Global, 2012)

Mantendo-se a correção, o verbo que, no contexto, pode ser flexionado indiferentemente no singular ou no plural encontra-se sublinhado em:

- A) Esclarecem-se, atualmente, a antiguidade e potência intelectual da Mímica como documento vivo... (3º parágrafo)
- B) ... cada antagonista entendia o gesto contrário de acordo com seu interesse. (5º parágrafo)
- C) Negativa e afirmativa, gesto de cabeça na horizontal e vertical, têm significação inversa para chineses e ocidentais. (5º parágrafo)
- D) Vênias, baixar a cabeça, curvar os ombros, ajoelhar-se, elevar a mão à frente, são universais. (5º parágrafo)
- E) A mecânica da adaptação necessária a outras finalidades de convívio explica a multiplicação. (5º parágrafo)

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Concordância nominal e verbal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q9.

Juízo de valor

Um juízo de valor tem como origem uma percepção individual: alguém julga algo ou outra pessoa tomando por base o que considera um critério ético ou moral. Isso significa que diversos indivíduos podem emitir diversos juízos de valor para uma mesma situação, ou julgar de diversos modos uma mesma pessoa. Tais controvérsias são perfeitamente naturais; o difícil é aceitá-las com naturalidade para, em seguida, discuti-las. Tendemos a fazer do nosso juízo de valor um atestado de realidade: o que dissermos que é, será o que dissermos. Em vez da naturalidade da controvérsia a ser ponderada, optamos pela prepotência de um juízo de valor dado como exclusivo.

Com o fenômeno da expansão das redes sociais, abertas a todas as manifestações, juízos de valor digladiam-se o tempo todo, na maior parte dos casos sem proveito algum. Sendo imperativa, a opinião pessoal esquiva-se da controvérsia, pula a etapa da mediação reflexiva e instala-se no posto da convicção inabalável. À falta de argumentos, contrapõem-se as paixões do ódio, do ressentimento, da calúnia, num triste espetáculo público de intolerância.

Constituem uma extraordinária orientação para nós todos estas palavras do grande historiador Eric Hobsbawm: "A primeira tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas as nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou." A advertência de Hobsbawm não deve interessar apenas aos historiadores, mas a todo aquele que deseja dar consistência e legitimidade ao juízo de valor que venha a emitir.

(Péricles Augusto da Costa, inédito)

As formas verbais atendem às normas de concordância e à adequada articulação entre tempos e modos na frase:

- A) Não deveriam caber àqueles que julgam caprichosamente tomar decisões que se baseavam em juízos de valor viciosos e precipitados.
- B) Acatassem os ensinamentos de Hobsbawm toda gente que se ocupa de julgar, menos hostilidades haverá nas redes sociais.
- C) A obsessão pelos juízos de valor, tão disseminados nas redes sociais, fazem com que viéssemos a difundir mais e mais preconceitos.

- D) Uma vez que se pretendam que as meras opiniões sejam tão consistentes quanto os argumentos, toda discussão terá sido inócua.
- E) Caberá aos historiadores verdadeiramente sérios todo o empenho na compreensão de um fenômeno, antes que venham a julgá-lo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Regência nominal e verbal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q10.

Freud uma vez recebeu carta de um conhecido pedindo conselhos diante de uma escolha importante da vida. A resposta é surpreendente: para as decisões pouco importantes, disse ele, vale a pena pensar bem. Quanto às grandes escolhas da vida, você terá menos chance de errar se escolher por impulso.

A sugestão parece imprudente, mas Freud sabia que as razões que mais pesam nas grandes escolhas são inconscientes, e o impulso obedece a essas razões. Claro que Freud não se referia às vontades impulsivas proibidas. Falava das decisões tomadas de “cabeça fria”, mas que determinam o rumo de nossas vidas. No caso das escolhas profissionais, as motivações inconscientes são decisivas. Elas determinam não só a escolha mais “certada”, do ponto de vista da compatibilidade com a profissão, como são também responsáveis por aquilo que chamamos de talento. Isso se decide na infância, por mecanismos que chamamos de identificações. Toda criança leva na bagagem alguns traços da personalidade dos pais. Parece um processo de imitação, mas não é: os caminhos das identificações acompanham muito mais os desejos não realizados dos pais do que aqueles que eles seguiram na vida. Junto com as identificações formam-se os ideais. A escolha profissional tem muito a ver com o campo de ideais que a pessoa valoriza. Difícilmente alguém consegue se entregar profissionalmente a uma prática que não represente os valores em que ela acredita.

Tudo isso está relacionado, é claro, com a almejada satisfação na vida profissional. Mas não vamos nos iludir. Satisfação no trabalho não significa necessariamente prazer em trabalhar. Grande parte das pessoas não trabalharia se não fosse necessário. O trabalho não é fonte de prazer, é fonte de sentido. Ele nos ajuda a dar sentido à vida. Só que o sentido da vida profissional não vem pronto: ele é o efeito, e não a premissa, dos anos de prática de uma profissão. Na contemporaneidade, em que se acredita em prazeres instantâneos, resultados imediatos e felicidade instantânea, é bom lembrar que a construção de sentido requer tempo e persistência. Por outro lado, quando uma escolha não faz sentido o sujeito percebe rapidamente.

(Adaptado de KEHL, Maria Rita. Disponível em: rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos)

Falava das decisões tomadas de “cabeça fria”... (2º parágrafo)

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do grifado acima está em:

- A) Satisfação no trabalho não significa necessariamente prazer... (4º parágrafo)
- B) A sugestão parece imprudente... (2º parágrafo)
- C) ... quando uma escolha não faz sentido... (4º parágrafo)
- D) ... as razões que mais pesam nas grandes escolhas... (2º parágrafo)
- E) ... a construção de sentido requer tempo e persistência. (4º parágrafo)

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Ocorrência da Crase

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q11.

Muito antes das discussões atuais sobre as mudanças climáticas, os cataclismos naturais despertam interesse no homem. Os desastres são um capítulo trágico da história da humanidade desde tempos longínquos. Supostas inundações catastróficas aparecem em relatos de várias culturas ao longo dos tempos, desde os antigos mesopotâmicos e gregos até os maias e os vikings.

Fora da rota dos grandes furacões, sem vulcões ativos e desprovido de zonas habitadas sujeitas a terremotos, o Brasil não figura entre os países mais suscetíveis a desastres naturais. Contudo, a aparência de lugar protegido dos humores do clima e dos solavancos da geologia deve ser relativizada. Aqui, cerca de 85% dos desastres são causados por três tipos de ocorrências: inundações bruscas, deslizamentos de terra e secas prolongadas. Esses fenômenos são relativamente recorrentes em zonas tropicais, e seus efeitos podem ser atenuados por políticas públicas de redução de danos.

Dois estudos feitos por pesquisadores brasileiros indicam que o risco de ocorrência desses três tipos de desastre deverá aumentar até o final do século. Eles também sinalizam que novos pontos do território nacional deverão se transformar em áreas de risco significativo para esses mesmos problemas. “Os impactos tendem a ser maiores no futuro, com as mudanças climáticas, o crescimento das cidades e a ocupação de mais áreas de risco”, comenta o pesquisador José A. Marengo.

Além da suscetibilidade natural a secas, enchentes, deslizamentos e outros desastres, a ação do homem tem um peso

considerável em transformar o que poderia ser um problema de menor monta em uma catástrofe. Os pesquisadores estimam que um terço do impacto dos deslizamentos de terra e metade dos estragos de inundações poderiam ser evitados com alterações de práticas humanas ligadas à ocupação do solo e a melhorias nas condições socioeconômicas da população em áreas de risco. Moradias precárias em lugares inadequados, perto de encostas ou em pontos de alagamento, cidades superpopulosas e impermeabilizadas, que não escoam a água da chuva; esses fatores da cultura humana podem influenciar o desfecho de uma situação de risco. "Até hábitos cotidianos, como não jogar lixo na rua, e o nível de solidariedade de uma população podem ao menos mitigar os impactos de um desastre", pondera a geógrafa Lucí Hidalgo Nunes.

(Adaptado de PIVETTA, Marcos. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>)

Atente para as frases abaixo, redigidas a partir de frases do texto modificadas.

I. O Brasil não figura entre os países mais suscetíveis à catástrofes naturais.

II. Em alguns locais, existe uma suscetibilidade natural à ocorrência de desastres, como secas, enchentes e deslizamentos.

III. Certas atitudes relacionadas à cultura humana podem impactar o desfecho final de uma situação de risco.

O sinal de crase está empregado corretamente APENAS em

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) II.
- E) III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Ortografia

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q12.

Juízo de valor

Um juízo de valor tem como origem uma percepção individual: alguém julga algo ou outra pessoa tomando por base o que considera um critério ético ou moral. Isso significa que diversos indivíduos podem emitir diversos juízos de valor para uma mesma situação, ou julgar de diversos modos uma mesma pessoa. Tais controvérsias são perfeitamente naturais; o difícil é aceitá-las com naturalidade para, em seguida, discuti-las. Tendemos a fazer do nosso juízo de valor um atestado de realidade: o que dissermos que é, será o que dissermos. Em vez da naturalidade da controvérsia a ser ponderada, optamos pela prepotência de um juízo de valor dado como exclusivo.

Com o fenômeno da expansão das redes sociais, abertas a todas as manifestações, juízos de valor digladiam-se o tempo todo, na maior parte dos casos sem proveito algum. Sendo imperativa, a opinião pessoal esquiva-se da controvérsia, pula a etapa da mediação reflexiva e instala-se no posto da convicção inabalável. À falta de argumentos, contrapõem-se as paixões do ódio, do ressentimento, da calúnia, num triste espetáculo público de intolerância.

Constituem uma extraordinária orientação para nós todos estas palavras do grande historiador Eric Hobsbawm: "A primeira tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas as nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou." A advertência de Hobsbawm não deve interessar apenas aos historiadores, mas a todo aquele que deseja dar consistência e legitimidade ao juízo de valor que venha a emitir.

(Péricles Augusto da Costa, inédito)

Está clara, coesa e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- A) Quanto maior o índice de preconceito, revelado numa opinião, o julgamento se torna manifestação de um valor que não cabe sustentar-se.
- B) Embora nem sempre se leve isso em conta, é enorme a distância entre argumentos que se discutam e juízos de valor que se emitam com paixão.
- C) A precedência de uma análise histórica, diante da qual um fato sucedido se subordina, é indiscutível para se avaliá-lo de modo sério e consequente.

- D) As pessoas mais autoritárias tendem a radicalizar suas opiniões, conquanto obtenham logo o aval dos contendores, quando então afetam alguma condensacondência.
- E) Eles não gostam muito de polêmica, acham mais preferível impor seus pontos de vista, em cujos costumam haver traços de um partidarismo fútil.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Acentuação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2016 / FCC

Q13.

O museu é considerado um instrumento de neutralização – e talvez o seja de fato. Os objetos que nele se encontram reunidos trazem o testemunho de disputas sociais, de conflitos políticos e religiosos. Muitas obras antigas celebram vitórias militares e conquistas: a maior parte presta homenagem às potências dominantes, suas financiadoras. As obras modernas são, mais genericamente, animadas pelo espírito crítico: elas protestam contra os fatos da realidade, os poderes, o estado das coisas. O museu reúne todas essas manifestações de sentido oposto. Expõe tudo junto em nome de um valor que se presume partilhado por elas: a qualidade artística. Suas diferenças funcionais, suas divergências políticas são apagadas. A violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida. O museu parece assim desempenhar um papel de pacificação social. A guerra das imagens extingue-se na pacificação dos museus.

Todos os objetos reunidos ali têm como princípio o fato de terem sido retirados de seu contexto. Desde então, dois pontos de vista concorrentes são possíveis. De acordo com o primeiro, o museu é por excelência o lugar de advento da Arte enquanto tal, separada de seus pretextos, libertada de suas sujeições. Para o segundo, e pela mesma razão, é um "depósito de despojos". Por um lado, o museu facilita o acesso das obras a um status estético que as exalta. Por outro, as reduz a um destino igualmente estético, mas, desta vez, concebido como um estado letárgico.

A colocação em museu foi descrita e denunciada frequentemente como uma desvitalização do simbólico, e a musealização progressiva dos objetos de uso como outros tantos escândalos sucessivos. Ainda seria preciso perguntar sobre a razão do "escândalo". Para que haja escândalo, é necessário que tenha havido atentado ao sagrado. Diante de cada crítica escandalizada dirigida ao museu, seria interessante desvendar que valor foi previamente sacralizado. A Religião? A Arte? A singularidade absoluta da obra? A Revolta? A Vida autêntica? A integridade do Contexto original? Estranha inversão de perspectiva. Porque, simultaneamente, a crítica mais comum contra o museu apresenta-o como sendo, ele próprio, um órgão de sacralização. O museu, por retirar as obras de sua origem, é realmente "o lugar simbólico onde o trabalho de abstração assume seu caráter mais violento e mais ultrajante". Porém, esse trabalho de abstração e esse efeito de alienação operam em toda parte. É a ação do tempo, conjugada com nossa ilusão da presença mantida e da arte conservada.

(Adaptado de: GALARD, Jean. Beleza Exorbitante. São Paulo, Fap.-Unifesp, 2012, p. 68-71)

Atente para as afirmativas abaixo.

I. Em ... presta homenagem às potências dominantes... (1º parágrafo), o sinal indicativo de crase pode ser suprimido excluindo-se também o artigo definido, sem prejuízo para a correção.

II. O acento em "têm" (2º parágrafo) é de caráter diferencial, em razão da semelhança com a forma singular "tem", diferentemente do acento aplicado a "porém" (3º parágrafo), devido à tonicidade da última sílaba, terminada em "em".

III. Os acentos nos termos "excelência" (2º parágrafo) e "necessário" (3º parágrafo) devem-se à mesma razão.

Está correto o que consta em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Pontuação

Fonte: ADVOGADO / SABESP / 2018 / FCC

Q14.

Gestão dos recursos hídricos

A gestão dos recursos hídricos é decisão política, motivada pela escassez relativa de tais recursos. Quando a escassez de água é previsão de médio ou longo prazo, deixa de ser evidente, e apenas preocupações conservacionistas podem levar à gestão dos recursos hídricos. Isso tem ocorrido a partir da década de 70, com os ambientalistas organizando-se e agindo de forma a provocar a antecipação de ações que visam à conservação dos recursos hídricos antes que as situações atinjam índices críticos.

Porém, em qualquer circunstância, a informação ao público dos conflitos potenciais quanto ao uso dos recursos hídricos é fundamental, sem o que a motivação política nunca acontecerá, antes de condições de degradação praticamente irreversíveis.

(VV.AA. Modelos para gerenciamento de recursos hídricos. São Paulo: Nobel/ABRH, 1987, p. 14)

Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- A) É imprescindível, sempre, que se mantenha o público informado sobre a gestão dos recursos hídricos, se se deseja sucesso na implantação de uma política para o setor, com vistas à prevenção e à garantia de um bem logrado controle ambiental.
- B) É imprescindível sempre, que se mantenha o público informado, sobre a gestão dos recursos hídricos, se se deseja sucesso na implantação de uma política para o setor com vistas à prevenção e à garantia de um bem logrado controle ambiental.
- C) É imprescindível, sempre, que se mantenha o público informado, sobre a gestão dos recursos hídricos se se deseja sucesso, na implantação de uma política para o setor, com vistas à prevenção e à garantia de um bem logrado controle ambiental.
- D) É imprescindível sempre que se mantenha o público informado sobre a gestão dos recursos hídricos, se se deseja sucesso na implantação de uma política, para o setor, com vistas à prevenção, e à garantia de um bem logrado controle ambiental.
- E) É imprescindível sempre, que se mantenha o público informado sobre a gestão dos recursos hídricos, se se deseja sucesso, na implantação de uma política, para o setor, com vistas à prevenção e à garantia, de um bem logrado controle ambiental.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Equivalência e transformação de estruturas; Redação oficial (conforme o Manual de Redação da Presidência)

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO - ADMINISTRAÇÃO / SABESP / 2018 / FCC

Q15.

O último livro de Achille Mbembe intitula-se Crítica da Razão Negra. Como define “razão negra”? O que chamamos de “Negro” é uma invenção do capitalismo à época em que esse sistema econômico e essa forma de exploração da natureza e dos seres humanos foi posta em prática à beira do Oceano Atlântico, no século XV. Neste contexto, “Negro” é a definição de uma humanidade que se presume não ser só uma, ou, sendo apenas uma, não pode ser nada mais do que uma coisa, um objeto, uma mercadoria. A “razão negra” reflete o conjunto de discursos que afirmam quem é este homem-objeto, homem-mercadoria, homem-coisa, como deve ser tratado, governado, em que condições se deve pô-lo a trabalhar e como tirar proveito dele. Depois, a “razão negra” designa a retomada do discurso daqueles que foram “catalogados” (Africanos, Antilhanos, Afro-Americanos, Afro-Caribenhos) e que devolvem e endossam essa responsabilidade aos responsáveis por este “fabrico”, buscando a reafirmação da sua humanidade plena e inteira. Logo após o 11 de Setembro, o mundo entrou numa fase muito particular, a que poderíamos chamar de estado de “exceção”.

Está hoje presente, segundo defende, uma espécie de “racismo sem raça” que mobiliza a religião e a cultura no quadro da luta contra o terrorismo. Pode aprofundar esta questão? Depois do 11 de Setembro, o mundo entrou num momento muito específico, que pode ser chamado de “estado de sítio”: uma série de garantias jurídicas fundamentais que permitiam assegurar a nossa segurança e a nossa liberdade foi posta em causa, de forma explícita ou indireta. A exceção tornou-se norma. A detenção de pessoas que supõem tratar-se de inimigos vulgarizou-se, as prisões sem julgamento também, a tortura com o objetivo de extrair à força informações e a submissão das populações de todo o mundo a sistemas de vigilância sem contrapontos legais tornaram-se comuns. Tudo isso resulta numa “re-balkanização” do mundo sobre um fundo de duas formas obscuras de desejo que afligem as sociedades contemporâneas: o apartheid (cada um quer viver apenas com os seus) e o sonho, funesto no meu ponto de vista, de uma comunidade sem estrangeiros.

O presidente francês, François Hollande ensaiou a ideia de retirar a palavra “raça” da constituição francesa para lutar contra o racismo. Como encara esta atitude? Absolutamente inacreditável! Porque isso pressupõe que se nos confrontamos com um problema, basta eliminar o vocábulo que o define. Se os países africanos suprimirem a palavra “pobreza”, ela desaparece? Há qualquer coisa de estranho neste tipo de raciocínio. Creio que o presidente faria melhor se refletisse sobre as novas formas de racismo em França e buscasse métodos para as combater.

O que pensa dos que denunciam um aumento do racismo antibranco? (Risos) Não devemos brincar. Não quero dizer que os não brancos não são capazes de atitudes racistas. Porém, o racismo tal como se desenvolveu no mundo moderno, implica a existência de mecanismos institucionais coercivos na atribuição de uma identidade. Neste momento, na correlação de

forças mundial, desculpe, mas o mundo africano em particular não dispõe de recursos suscetíveis de estigmatizar pessoas de origem europeia.

(Adaptado de: Entrevista de Achille Mbembe a Séverine Kodjo-Grandvaux. Trad. de C.F., Novo Jornal, 17 jan. 2014, p. 7)

Mantendo-se o sentido, uma nova redação ao segmento A detenção de pessoas que supõem tratar-se de inimigos vulgarizou-se (2º parágrafo), adequada às normas gramaticais, encontra-se em

- A) A detenção de pessoas que se tratam de inimigos passou a ser contumaz.
- B) Tornou-se comum a detenção de pessoas que se supõe serem inimigos.
- C) Prender pessoas supostamente tratadas como inimigos tornou-se vulgar.
- D) Pessoas que se consideram inimigos passaram a ser detidas vulgarmente.
- E) Tornou-se supostamente corriqueiro deterem-se pessoas que se tratam de inimigos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Constituição Federal / Tributação / Princípios Gerais

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC

Q16.

O princípio da imunidade recíproca no Direito brasileiro abrange

- A) impostos e taxas.
- B) somente impostos.
- C) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- D) impostos, taxas e contribuições em geral.
- E) taxas e contribuições de melhoria.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Constituição Federal / Tributação / Limitações do Poder de Tributar

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA FINALÍSTICA CONTROLE EXTERNO / TCM/GO / 2015 / FCC

Q17.

No Direito Constitucional brasileiro, a imunidade recíproca implica que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem

- A) tributos sobre o patrimônio ou a renda, uns dos outros.
- B) impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.
- C) isenções de tributos, uns dos outros, inclusive, no caso da União, sem nenhuma exceção, por meio de tratados internacionais.
- D) taxas sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.
- E) tributos sobre o patrimônio ou os serviços, uns dos outros.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Constituição Federal / Finanças Públicas / Normas Gerais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TST / 2017 / FCC

Q18.

A União pretende cobrir déficit apresentado por empresa pública federal mediante utilização de recursos do orçamento fiscal. A realização dessa despesa, todavia, não foi prevista na lei orçamentária vigente. Considerando as disposições da Constituição Federal, a União

- A) não poderá cobrir o déficit tal como pretendido, uma vez que a despesa não foi prevista na lei orçamentária, excedendo, portanto, os créditos orçamentários, sendo inconstitucional eventual autorização legislativa que permita a execução dessa medida.
- B) não poderá cobrir o déficit tal como pretendido, uma vez que é vedado à União cobrir o déficit de empresas públicas, sendo inconstitucional eventual autorização legislativa que permita a execução dessa medida.

- C) não poderá cobrir o déficit tal como pretendido, uma vez que é vedada a utilização de recursos do orçamento fiscal para a finalidade desejada pela União, sendo inconstitucional eventual autorização legislativa que permita a execução dessa medida.
- D) poderá cobrir o déficit tal como pretendido, mediante edição de decreto de abertura de crédito suplementar, independentemente de autorização legislativa específica.
- E) poderá cobrir o déficit tal como pretendido, mediante autorização legislativa específica.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Constituição Federal / Finanças Públicas / Orçamentos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TST / 2017 / FCC

Q19.

A Constituição Federal dita a tramitação de projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e créditos adicionais e dispõe que

- A) cabe ao Senado examinar e emitir parecer sobre esses projetos.
- B) as emendas devem ser apresentadas no Plenário das duas casas do Congresso Nacional e serão apreciadas na Comissão Mista permanente de Senadores e Deputados.
- C) o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- D) as emendas aos projetos somente podem ser aprovadas com a indicação dos recursos necessários, requisito dispensado no caso de despesa para educação e saúde.
- E) a anulação de despesa não é considerada fonte de recursos para fins de aprovação de emendas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da Administração Pública

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q20.

Os atos da Administração pública estão sujeitos a controle externo e interno. O controle exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas,

- A) dá-se sobre atos e contratos firmados pela Administração pública, não sendo exercido, contudo, antes da celebração dos referidos instrumentos.
- B) inclui a análise dos editais de licitação publicados, permitindo a modificação da redação daqueles instrumentos, especialmente no que se refere à habilitação, a fim de preservar a igualdade entre os participantes do certame.
- C) autoriza a suspensão de atos e contratos celebrados pela Administração pública quando, instada a revogá-los ou anulá-los, não o fizer no prazo fixado.
- D) possibilita a sustação de atos pelo Tribunal de Contas, quando a Administração pública não sanar os vícios indicados pelo mesmo.
- E) permite a sindicância das licitações realizadas pela Administração direta e indireta, com a anulação de editais e contratos deles decorrentes sempre que houver vício de legalidade insanável.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Contrato Administrativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q21.

As relações e os negócios jurídicos realizados pela Administração pública

- A) são sempre celebrados por meio de contratos administrativos, a fim de garantir as prerrogativas inerentes à Administração pública.
- B) têm natureza jurídica de contrato administrativo, ainda que juridicamente utilizem a forma de outro instrumento jurídico.
- C) garantem a outra parte a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando celebrados por meio de contratos administrativos.
- D) dependem de concordância das duas partes para serem alterados unilateralmente, sejam eles regidos pelo direito público ou pelo direito privado.
- E) conferem prerrogativas à Administração pública para alterar ou extinguir os instrumentos, independentemente do regime jurídico a que se submetam.

Direito Administrativo / Poderes da Administração

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ADVOGADO / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q22.

Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho, quando o “agente que elege a situação fática geradora da vontade, permitindo, assim, maior liberdade de atuação, embora sem afastamento dos princípios administrativos”, está se referindo ao poder discricionário dos agentes públicos, que demanda a

- A) previsão legal das opções postas ao administrador, bem como possibilita revogação pela própria Administração ou pelo Judiciário, preservado o mérito do ato administrativo.
- B) existência de opções juridicamente válidas para que o administrador possa exercer seu juízo de conveniência e oportunidade, o que não afasta a possibilidade de controle dessa atuação, tanto pela Administração, quanto pelo Judiciário e pelo Tribunal de Contas.
- C) revisão dos atos discricionários pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, não retroagindo efeitos seja no caso da anulação ou da revogação, em razão da presunção de veracidade que reveste os atos administrativos.
- D) possibilidade de anulação de atos discricionários somente pela própria administração ou pelo Tribunal de Contas, nos casos de atos administrativos.
- E) análise pelo Poder Judiciário de todos os aspectos dos atos discricionários, anulando-os ou revogando-os diante do controle de políticas públicas realizado por esse Poder.

Direito Administrativo / Princípios Básicos da Administração

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q23.

Integram o universo de agentes alcançados pelo teto remuneratório constitucional, previsto no artigo 37, XI, da Constituição Federal, os servidores públicos ocupantes de cargos,

- A) funções e empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional, excluídos os membros de Poderes e os detentores de mandato eletivo, assim como os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.
- B) funções e empregos públicos na Administração direta e na Administração indireta, excluídos os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- C) funções e empregos públicos na Administração direta, excluídos, para essa finalidade, os servidores (sentido lato) da Administração indireta.
- D) funções e empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional, os membros de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios, os detentores de mandato eletivo e os demais agentes políticos, assim como os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista e subsidiárias dependentes.
- E) na Administração direta e na Administração indireta, excluídos os detentores de funções e empregos públicos, da Administração direta ou indireta.

Direito Administrativo / Serviços Públicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q24.

Dentre as principais características dos serviços públicos e da prestação dos mesmos, considerando aqueles como atividades de disponibilização à população de utilidades públicas, assim reconhecidas pela legislação, está sempre presente a

- A) continuidade da prestação dos serviços, não sendo permitido ao concessionário, na hipótese de delegação à iniciativa privada, a interrupção da execução contratual em favor dos usuários.
- B) responsabilização sob a modalidade objetiva dos entes responsáveis por sua prestação, independentemente desta se dar de forma direta ou indireta, desta sendo exemplo a concessão ou permissão.
- C) igualdade dos usuários, somente se admitindo o estabelecimento de tarifas diferenciadas no caso de prestação mediante regime de concessão ou permissão de serviços públicos.

- D) adequação do serviço público, podendo o poder concedente impor ao concessionário a obrigação de internalização de novas tecnologias, independentemente de previsão contratual, com base no princípio da boa qualidade.
- E) gratuidade quando se trata da exploração direta dos serviços públicos, não sendo admissível a cobrança dos usuários, permitida apenas quando da necessidade de remuneração da iniciativa privada, na qualidade de delegatária.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Lei nº 8.666/1993

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q25.

Conforme a Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração pública e dá outras providências, a modalidade licitatória concorrência pública

- A) destina-se a trazer o maior número possível de licitantes ao certame e propiciar a maior competição possível entre entes.
- B) permite que qualquer interessado possa contratar com o poder público, pois não admite habilitação técnica e financeira.
- C) destina-se à contratação de bens e serviços comuns, observado o limite legal do valor da contratação.
- D) prevê o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias entre a publicação do edital e a apresentação dos envelopes de habilitação e propostas de preços.
- E) permite a participação apenas de licitantes previamente cadastrados, o que pode dispensar a apresentação de documentos relativos à capacidade jurídica e regularidade fiscal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Lei Complementar distrital nº 840/2011

Fonte: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ÁREA DE ATUAÇÃO: ATIVIDADES / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q26.

Relativamente ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, conforme disciplina a Lei Complementar nº 840/2011, julgue os itens que se seguem.

O ato de nomeação de um aprovado em concurso público para professor do Distrito Federal pode ter efeito retroativo, sendo, no entanto, vedado tal efeito para os atos de posse e exercício.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Noções da Lei de Permissões e Concessões

Fonte: AUDITOR / TCE/AM / 2015 / FCC

Q27.

Determinado Estado publicou edital para contratação de concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, para duplicação e exploração de rodovia com grande fluxo de veículos e caminhões em região desenvolvida de seu território. Ao concessionário seriam atribuídas as receitas acessórias passíveis de serem auferidas com a exploração de espaços em áreas que margeassem as rodovias, podendo, inclusive, adquiri-las para essa finalidade, por todas as formas que lhe estivessem autorizadas. Esse edital

- A) possui patente ilegalidade, porque a exploração de receitas acessórias não é finalidade abrangida pelo interesse público que justifique a aquisição de áreas pelo concessionário, em especial se for por meio de desapropriação.
- B) deveria prever que a exploração desses espaços deve ser feita, necessariamente, por meio de licitação para seleção da proposta que represente maior remuneração pelo uso.
- C) deve, ainda que não seja expresso, ser interpretado no sentido de que essa faculdade é subsidiária à tarifa, ou seja, só pode ser utilizada quando a receita tarifária não for suficiente para a adequada remuneração do concessionário, o que se opera após 12 (doze) meses de vigência contratual.
- D) pode estabelecer previamente o tipo de atividade cuja exploração está autorizada nos locais, desde que, nos termos do que exige a Lei no 8.987/1995, não configure atividade lucrativa, mas apenas serviços de suporte aos usuários da rodovia.

- E) está de acordo com o que autoriza a Lei no 8.987/1995, podendo as receitas acessórias constituir importante parcela da remuneração do concessionário, que pode, por isso, nos limites do que lhe for autorizado, adquirir áreas, inclusive por desapropriação, porque a finalidade desta fica abrangida pelo empreendimento como um todo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Lei federal nº 9.784/1999, recepcionada pela Lei distrital nº 2.834/2011

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q28.

Considere uma hipótese em que o Ministro da Agricultura de determinado governo edite uma portaria reconhecendo uma determinada região como de "especial interesse para exportação", o que conferiria às áreas abrangidas pelo perímetro acesso a programa especial de crédito junto à instituição financeira oficial. Ajuizada ação para anulação dessa portaria, invocando vícios de legalidade no procedimento administrativo no bojo do qual foram apresentadas as justificativas e fundamentos para o reconhecimento daquela região como de especial interesse,

- A) deve a Administração pública lançar mão de seu poder de revisão para fins de revogar a portaria editada pelo Ministro da Agricultura, sem produção de efeitos retroativos, ensejando perda de objeto ou carência superveniente da ação judicial, que não mais se mostraria necessária para retirar a portaria do mundo jurídico.
- B) é cabível a anulação pela Administração pública, de ofício, da portaria editada, identificado(s) o(s) vício(s) de legalidade que macularam o procedimento administrativo, retroagindo seus efeitos à data da edição da portaria, mas respeitados direitos de terceiros de boa-fé decorrentes, por exemplo, de negócios jurídicos que já tenham sido firmados com base naquele ato.
- C) deve-se aguardar o desfecho da ação judicial para que seja possível qualquer análise de violação dos negócios jurídicos, somente após o que se pode cogitar de anulação ou revogação.
- D) decidiu a Administração pública anular a portaria editada e reiniciar o processo de estudos para definição de regiões especiais, mesmo sem a específica identificação de vícios, fundamentando a decisão em razões de interesse público, conveniência e oportunidade, evidenciando a urgência e conferindo efeitos ex nunc à decisão.
- E) descabe o exercício de poder de revisão pela Administração pública, passando a decisão sobre a validade ou invalidade da Portaria ao crivo judicial, cuja decisão necessariamente produzirá efeitos ex nunc.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Processo Legislativo / Lei Complementar nº 13/1996

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - CATEGORIA: TÉCNICO LEGISLATIVO / CLDF / 2005 / CESPE

Q29.

Julgue os próximos itens, supondo que o governador do DF tenha apresentado projeto de lei determinando a criação de uma hipótese de isenção tributária referente ao IPTU.

Caso esse projeto fosse aprovado pela CLDF sem sofrer emenda, ele não poderia ser vetado pelo governador do DF que o apresentou.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Processo Legislativo / Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - CATEGORIA: TÉCNICO LEGISLATIVO / CLDF / 2005 / CESPE

Q30.

Julgue os próximos itens, supondo que o governador do DF tenha apresentado projeto de lei determinando a criação de uma hipótese de isenção tributária referente ao IPTU.

Se esse projeto tivesse sido apresentado por um deputado distrital, ele não deveria ser admitido.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Realidade do Distrito Federal / A realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

Fonte: OFICIAL / Polícia Militar/DF / 2010 / CESPE

Q31.

No que se refere à administração pública e aos servidores públicos do DF, bem como à segurança pública dessa unidade federada, julgue os itens subsequentes.

A polícia civil do DF goza de autonomia funcional.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Línguas Estrangeiras / Inglês / Compreensão de textos escritos

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTORIA LEGISLATIVA - ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS / ALEPE / 2014 / FCC

Q32.

House Approves Higher Debt Limit Without Condition

By JONATHAN WEISMAN and ASHLEY PARKER
Feb. 11, 2014

WASHINGTON – Ending three years of brinkmanship in which the threat of a devastating default on the nation's debt was used to wring conservative concessions from President Obama, the House on Tuesday voted to raise the government's borrowing limit until March 2015, without any conditions.

The vote – 221 to 201 – relied almost entirely on Democrats in the Republican-controlled House to carry the measure and represented the first debt ceiling increase since 2009 that was not attached to other legislation. Only 28 Republicans voted yes, and only two Democrats voted no. Simply by holding the vote, Speaker John A. Boehner of Ohio effectively ended a three-year Tea Party-inspired era of budget showdowns that had raised the threat of default and government shutdowns, rattled economic confidence and brought serious scrutiny from other nations questioning Washington's ability to govern. In the process, though, Mr. Boehner also set off a series of reprisals from fellow Republican congressmen and outside groups that showcased the party's deep internal divisions.

During the October 2013 government shutdown, The Times's David Leonhardt explained the debt limit and how a failure to raise it could have affected the economy both at home and abroad.

"He gave the president exactly what he wanted, which is exactly what the Republican Party said we did not want," said a Republican representative, Tim Huelskamp of Kansas, who last year unsuccessfully tried to rally enough support to derail Mr. Boehner's re-election as speaker. "It's going to really demoralize the base."

The vote was a victory for President Obama, Democrats and those Senate Republicans who have argued that spending

money for previously incurred obligations was essential for the financial standing of the federal government. "Tonight's vote is a positive step in moving away from the political brinkmanship that's a needless drag on our economy," Jay Carney, the White House press secretary, said in a statement.

"A clean debt ceiling is a complete capitulation on the speaker's part and demonstrates that he has lost the ability to lead the House of Representatives, let alone his own party," said Jenny Beth Martin, co-founder of the Tea Party Patriots. "It is time for him to go."

Senator Harry Reid of Nevada, the majority leader, commended the speaker and promised to pass the bill as soon as possible. "We're happy to see the House is legislating the way they should have legislated for a long time," he said.

(Adapted from http://www.nytimes.com/2014/02/12/us/politics/boehner-to-bring-debt-ceiling-to-vote-without-policy-attachments.html?nl=todaysheadlines&emc=edit_th_20140212&r=0)

Segundo o texto,

- A) embora a Câmara dos Representantes americana seja majoritariamente republicana, aprovou, com maioria dos democratas, elevar o teto da dívida até 2015.
- B) os republicanos aprovaram a elevação do teto da dívida, mas impuseram determinados cortes de gastos públicos.
- C) os republicanos vinham emperrando a aprovação do aumento do teto da dívida desde 2009.
- D) Boehner teve o apoio da maioria dos republicanos, apesar das divergências internas do partido.
- E) apesar de pressionado pelos republicanos, o Presidente Obama negou-se a fazer quaisquer concessões de linha mais conservadora.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Línguas Estrangeiras / Inglês / Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TRT 11ª / 2012 / FCC

Q33.

London becomes 4G high speed internet hotspot

London will begin to switch on 4G high-speed mobile internet with the launch of the first large-scale public trial in Britain. Initiated by O2, Britain's second largest operator with 22 million customers, the trial involves more than 25 masts covering 15 square miles. It will run for nine months, and the equipment installed will eventually become part of O2's first commercial 4G network.

The technology is 10 times faster at navigating the internet than the current 3G networks, which often frustrate smartphone users because they are significantly slower than the average home broadband connection. The 25 masts in London will be able to carry more data than O2's entire national 3G network.

Britain's 4G or long-term evolution (LTE) upgrade, expected to begin in earnest in 2013 after a much delayed spectrum auction, will make mobile networks powerful enough to handle video calls, high definition TV and live multi-player gaming. About 1,000 users will be invited to join the London trial.

Initially, the O2 trial will not involve phones, because no compatible handsets exist yet. Samsung dongles will be handed out to plug into tablets and laptop computers, as will portable miniature modems that can create small Wi-Fi hotspots linking into O2's 4G infrastructure or "backhaul".

The new technology is capable of speeds of up to 150 megabits per second. During the trial, users will be more likely to experience average speeds between 25Mbps and 50Mbps. When 4G is introduced nationally

the average speeds are likely to drop to between 10Mbps and 15Mbps. This is faster than 3G, which averages between 1Mbps and 1.5Mbps, and compares well with the average household, fixed line broadband connection, which rose to just under 7Mbps this year.

Live gaming against other players and video calling without delays will become possible from phones, because the speed at which new information loads onto the screen will be reduced from 1 second to 0.07 seconds.

(Adapted from www.guardian.co.uk, Sunday 13, November, 2011)

The pronoun “they” in line 11 refers to:

- A) users.
- B) smartphones.
- C) the internet.
- D) 3G networks.
- E) broadband connection.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Línguas Estrangeiras / Espanhol / Compreensão de textos escritos

Fonte: TÉCNICO EM MATERIAL E PATRIMÔNIO / Câmara dos Deputados / 2012 / CESPE

Q34.

En su nuevo libro, *La Civilización del Espectáculo*, el Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa hace una dura radiografía de la creciente frivolidad que se ha ido tomando a las sociedades contemporáneas.

Para Vargas Llosa, esta es la civilización del espectáculo. Es decir, una civilización en la que lo más importante, en su escala de valores, es el entretenimiento. Vargas Llosa no está de acuerdo con que el entretenimiento se convierta en el valor supremo porque eso conlleva a la banalización de la cultura, a la generalización de la frivolidad y, en el campo específico de la información, a la proliferación del periodismo irresponsable que se alimenta de la chismografía y el escándalo. Convertir el entretenimiento pasajero en la aspiración suprema de la vida humana es para él un ideal absurdo e irrealizable. “La vida no es solo diversión, también drama, dolor, misterio y frustración”.

En ciertos apartes de su libro Vargas Llosa ve irreversible esa tendencia a la frivolidad y considera que la cultura, tal y cómo él la conoció, va a desaparecer. Se siente como una suerte de dinosaurio en el mundo actual. Aunque los dinosaurios — dice — pueden arreglárselas para sobrevivir y ser útiles en tiempos difíciles. Sí, podría haber escapatoria. La historia no está escrita, no es fatídica, cambia.

Revista Semana, Colombia (adaptado).

A partir de las ideas y estructuras del texto precedente, juzgue los ítems a seguir.

En el texto, el autor compara su suerte a la de un dinosaurio.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Línguas Estrangeiras / Espanhol / Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos

Fonte: TÉCNICO EM MATERIAL E PATRIMÔNIO / Câmara dos Deputados / 2012 / CESPE

Q35.

En su nuevo libro, *La Civilización del Espectáculo*, el Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa hace una dura radiografía de la creciente frivolidad que se ha ido tomando a las sociedades contemporáneas.

Para Vargas Llosa, esta es la civilización del espectáculo. Es decir, una civilización en la que lo más importante, en su escala de valores, es el entretenimiento. Vargas Llosa no está de acuerdo con que el entretenimiento se convierta en el valor supremo porque eso conlleva a la banalización de la cultura, a la generalización de la frivolidad y, en el campo específico de la información, a la proliferación del periodismo irresponsable que se alimenta de la chismografía y el escándalo. Convertir el entretenimiento pasajero en la aspiración suprema de la vida humana es para él un ideal absurdo e irrealizable. “La vida no es solo diversión, también drama, dolor, misterio y frustración”.

En ciertos apartes de su libro Vargas Llosa ve irreversible esa tendencia a la frivolidad y considera que la cultura, tal y cómo él la conoció, va a desaparecer. Se siente como una suerte de dinosaurio en el mundo actual. Aunque los dinosaurios — dice — pueden arreglárselas para sobrevivir y ser útiles en tiempos difíciles. Sí, podría haber escapatoria. La historia no está escrita, no es fatídica, cambia.

Revista Semana, Colombia (adaptado).

A partir de las ideas y estructuras del texto precedente, juzgue los ítems a seguir.

En el texto, sin alterar su significado o corrección gramatical, es correcto sustituir la forma verbal “conlleva a” (L.9) por acarrea.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA - ADMINISTRAÇÃO / DPE/AM / 2018 / FCC

Q36.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, como regra geral, que são inalistáveis e inelegíveis como eleitores

- A) analfabetos.
- B) estrangeiros.
- C) maiores de 70 anos.
- D) maiores de 16 anos e menores de 18 anos.
- E) que alegarem motivos de crença religiosa.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Constituinte; Limitações ao poder reformador

Fonte: AGENTE DE APOIO LEGISLATIVO / Assembleia Legislativa/MS / 2016 / FCC

Q37.

O poder constituinte

- A) originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, provocando uma ruptura com a ordem jurídica anterior.
- B) revisor é incondicionado e ilimitado.
- C) dos Estados-membros é incondicionado e ilimitado juridicamente.

- D) reformador pode suprimir cláusulas pétreas.
- E) decorrente é o conferido aos Estados-membros tendo sido estendido aos municípios, no caso brasileiro.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Emenda, reforma e revisão constitucional; Cláusulas pétreas

Fonte: AGENTE DE APOIO LEGISLATIVO / Assembleia Legislativa/MS / 2016 / FCC

Q38.

A Constituição Federal NÃO poderá ser emendada na vigência de

- A) intervenção federal.
- B) período eleitoral.
- C) vacância do Presidente da República.
- D) greve geral.
- E) processo de Impeachment.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Vigência, eficácia e validade das normas constitucionais e infraconstitucionais; Recepção, repristinação, desconstitucionalização e conflito de leis no tempo

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA ADMINISTRATIVO / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q39.

O conceito segundo o qual as normas de aplicação diferida, que explicitam comandos-valores e conferem elasticidade ao ordenamento constitucional e têm como destinatário primacial – embora não único – o legislador, a cuja opção fica a ponderação do tempo e dos meios em que vem a ser revestidas de plena eficácia, correspondem a normas

- A) programáticas.
- B) de eficácia plena e aplicação imediata.
- C) de eficácia contida e aplicabilidade imediata.
- D) de eficácia plena e aplicação diferida.
- E) de eficácia contida e aplicação diferida.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Legislativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q40.

Um Estado que tenha cinquenta representantes na Câmara dos Deputados deverá eleger para sua Assembleia Legislativa

- A) cento e cinquenta Deputados.
- B) setenta Deputados.
- C) noventa e quatro Deputados.
- D) setenta e quatro Deputados.
- E) cinquenta Deputados.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Processo Legislativo na Constituição Federal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q41.

Entendendo tratar-se de hipótese que se mostra relevante e urgente, o Presidente da República editou medida provisória disciplinando a compra e venda de imóveis no Brasil, por meio da qual impôs uma série de requisitos e formalidades a serem observados na realização de negócios jurídicos dessa natureza. No prazo de 60 dias, a medida provisória não foi apreciada pelo

Congresso Nacional, razão pela qual o seu período de vigência foi prorrogado por mais 60 dias. Ao término do novo prazo, porém, o Congresso Nacional não a converteu em lei. As relações jurídicas decorrentes da referida medida provisória, constituídas durante o seu período de vigência,

- A) deverão ser disciplinadas por decreto legislativo do Congresso Nacional em até 60 dias da perda da eficácia da medida provisória, conservando-se por ela regidas caso não editado o decreto legislativo dentro desse prazo.
- B) passarão a ser regidas pela legislação que anteriormente disciplinava a matéria, uma vez que as medidas provisórias que não forem convertidas em lei no prazo de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período, perderão eficácia desde a sua edição.
- C) deverão ser disciplinadas por resolução da Câmara dos Deputados, em até 45 dias da perda da eficácia da medida provisória, passando a ser regidas pela legislação anteriormente vigente caso não observado esse prazo.
- D) permanecerão regidas pela medida provisória, não obstante tenha esta perdido sua eficácia por decurso do prazo, em virtude das garantias fundamentais do respeito ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.
- E) deverão ser anuladas, uma vez que a medida provisória não convertida em lei dentro do prazo previsto na Constituição perde sua eficácia desde a sua edição, o que fará com que as relações jurídicas constituídas durante sua vigência venham a perder o seu fundamento de validade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos, deveres e prerrogativas do mandato parlamentar

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - TÉCNICO DO TESOUREO MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q42.

Sobre os Deputados Federais e Senadores da República, é correto afirmar que

- A) desde a proclamação do resultado da eleição, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- B) desde a proclamação do resultado da eleição, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- C) são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- D) a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal não poderão, em nenhuma hipótese, sustar a ação penal intentada contra Deputado ou Senador.
- E) as imunidades de Deputados ou Senadores não subsistirão durante o estado de sítio.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Controle de constitucionalidade frente à Constituição Federal e à Lei Orgânica do Distrito Federal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q43.

Entendendo que uma determinada lei municipal, editada no ano de 1986 com a finalidade de disciplinar a jornada de trabalho dos empregados de indústrias situadas no território do município, confronta preceito fundamental da Constituição da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil propõe Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. À luz dos sistemas de controle de constitucionalidade previstos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, a ação proposta

- A) deverá ser remetida ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, uma vez que, em se tratando de lei municipal, ainda que o parâmetro de controle seja a Constituição Federal, a competência para analisar a questão é do Tribunal de Justiça do Estado onde se situa o município responsável pela edição da lei impugnada.
- B) deverá ser extinta, uma vez que não preenchido o requisito da "pertinência temática", na medida em que a norma impugnada não diz respeito às atividades da OAB, tampouco dos advogados que a entidade representa, mas apenas aos interesses da União.
- C) poderá ser julgada procedente, caso a inconstitucionalidade seja reconhecida pela maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal presentes na sessão de julgamento, desde que essa conte com a presença de, ao menos, 6 Ministros.
- D) poderá ser indeferida liminarmente, uma vez que a Ação Direta de Inconstitucionalidade somente se presta ao controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo editado na vigência da atual Constituição, ou, com base no princípio da fungibilidade ser conhecida como arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- E) poderá ser julgada procedente, desde que a inconstitucionalidade seja reconhecida por, pelo menos, 8 Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Direito Constitucional / Repartição constitucional das competências entre os entes da Federação e entre os Poderes

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q44.

Segundo a Constituição Federal brasileira, no tocante ao ente federativo com competência para legislar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência, é correto afirmar que União, Estados e Distrito Federal possuem competência

- A) concomitante.
- B) subsidiária.
- C) exclusiva.
- D) concorrente.
- E) hierárquica.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Regimes jurídicos / Da administração

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 14ª / 2016 / FCC

Q45.

Manoel e Manoela, além de irmãos, são partes interessadas no mesmo processo administrativo em curso perante a Administração Pública Federal. No curso do feito, Manoel desistiu do pedido. Em razão disso, a Administração estendeu a desistência a ambas as partes e extinguiu o processo. Em outro processo administrativo, a parte interessada, Ricardo, também desistiu do seu pedido, o que foi negado pela Administração por considerar que o interesse público justificava a continuidade do feito. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a conduta da Administração Pública Federal está

- A) incorreta apenas no segundo caso, pois a desistência do pedido diz respeito a direito disponível da parte e deve ser prontamente acolhida pela Administração.
- B) correta em ambos os casos.
- C) incorreta em ambos os casos, pois não é cabível desistência em processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- D) incorreta apenas no primeiro caso, pois a desistência atinge somente quem a formulou.
- E) incorreta no primeiro caso, vez que a lei veda duas partes no mesmo processo administrativo e também incorreta no segundo processo, pois não é possível contrariar o interesse da parte, haja vista tratar-se de direito disponível.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Regimes jurídicos / Da função e dos bens públicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TST / 2017 / FCC

Q46.

Os bens imóveis pertencentes aos entes públicos, no que se refere ao uso, considerando a classificação de bens de uso comum, de uso especial e dominicais,

- A) somente admitem que lhes seja dado o destino compatível com o uso primário com o qual a categoria se relaciona, vedado compartilhamento de utentes.
- B) não admitem qualquer utilização, quando dominicais, tendo em vista que referidos bens não podem ser destinados a nenhuma utilidade de interesse público, tendo em vista a finalidade de venda a que se propõem.
- C) devem respeitar sua destinação primária, no que se refere aos bens de uso comum, cabendo, no entanto, compatibilizar outros usos secundários, desde que seja demonstrado não trazerem prejuízo à função principal, bem como haver atendimento de interesse público.
- D) quando das categorias de bens de uso especial e dominicais deve ser solicitada autorização ao governo para permitir outra destinação em substituição à anterior, ficando deferida no caso de silêncio da Administração pública.

- E) admitem plena compatibilização com outros usos, à exceção dos bens de uso comum do povo, que somente podem ser destinados à sua função primária e precípua, vedada qualquer outra utilização, exclusiva ou compartilhada.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle administrativo

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA / FUNAPE / 2017 / FCC

Q47.

Considere os seguintes atos administrativos:

- I. Admissão de servidor público ocupante de cargo público efetivo junto à Administração direta.
- II. Admissão de empregado público junto a fundação instituída e mantida pelo Poder Público.
- III. Concessão de aposentadoria a servidor público titular de cargo público efetivo junto à Administração autárquica.

De acordo com as disposições da Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas da União apreciar a legalidade

- A) de todos os atos, podendo assinar prazo para que o órgão ou entidade administrativa adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- B) apenas do ato I, podendo aplicar aos responsáveis, se houver ilegalidade de despesa, as sanções previstas em lei.
- C) apenas dos atos I e II, podendo sustá-los, hipótese em que deverá comunicar sua decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- D) apenas dos atos I e III, mas não poderá sustá-los, nem aplicar penas aos responsáveis se houver ilegalidade de despesa.
- E) apenas dos atos II e III, podendo assinar prazo para que o órgão ou entidade administrativa adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle judicial

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q48.

Concernentes ao controle judicial, considere:

- I. Alguns atos da Administração pública não podem ser examinados pelo Poder Judiciário, como, por exemplo, os gerais e os unilaterais.
- II. Haverá invasão do mérito do ato administrativo, quando o Poder Judiciário apreciar os motivos de tal ato, isto é, os fatos que precederam a elaboração do ato.
- III. Os Regimentos dos órgãos públicos, em regra, não são apreciados pelo Poder Judiciário, exceto se ferirem direitos individuais e coletivos.

Está correto o que consta em

- A) II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I, apenas.
- D) III, apenas.

- E) II e III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle legislativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q49.

Considere duas situações hipotéticas:

I. o Congresso Nacional decide apurar a legalidade de ato administrativo praticado pelo presidente de autarquia federal;

II. o Congresso Nacional anulou ato normativo do Poder Executivo que exorbitou do poder regulamentar.

No que concerne ao controle legislativo, especificamente ao controle político exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração pública,

- A) ambas as hipóteses estão corretas.
- B) ambas as hipóteses estão incorretas, pois extrapolam os limites do controle legislativo exercido sobre os atos da Administração pública.
- C) está correta apenas a primeira hipótese; no item II, cabe ao Congresso tão somente sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- D) está correta apenas a segunda hipótese; no item I, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer das Casas, os atos do Poder Executivo, não abrangendo, no entanto, a administração indireta.
- E) ambas as hipóteses estão incorretas, pois foram citadas atribuições exclusivas do Senado Federal no exercício do controle legislativo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Responsabilidade civil do Estado

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q50.

Uma autarquia estava edificando o prédio de sua nova sede. Durante as obras de fundação, as instalações de gasodutos existentes no subsolo foram perfuradas e houve abalos em algumas construções vizinhas. Nesse caso,

- A) o ente público que criou a autarquia responde obrigatoriamente e de forma solidária, em litisconsórcio necessário, pelos danos a que esta tenha dado causa.
- B) a autarquia responde objetivamente pelos danos efetivamente causados, demonstrado o nexo de causalidade entre eles e a atuação daquele ente.
- C) o ente público responde objetivamente e a autarquia, em regresso, subjetivamente, no caso de haver dolo ou culpa de seus funcionários.
- D) o ente público responde objetiva e exclusivamente pelos danos comprovados, demonstrado o nexo de causalidade, tendo em vista que a autarquia integra a Administração direta.
- E) a autarquia responde subjetivamente pelos danos causados a terceiros, desde que haja a necessária demonstração de culpa, considerando a natureza jurídica do ente.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços Públicos / Conceito, classificação; Competência, descentralização e desconcentração; Execução direta e indireta

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / T/J/PE / 2012 / FCC

Q51.

Os serviços de preservação da saúde pública e os de polícia, dentre outros, são considerados serviços

- A) públicos ou impróprios do Estado e também administrativos.

- B) de utilidade pública, assim como impróprios do Estado ou uti singuli.
- C) públicos, assim como, próprios do Estado ou uti universi.
- D) públicos ou semi-comerciais e também administrativos.
- E) de utilidade pública, e também próprios do Estado ou uti singuli.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços Públicos / Forma, meios e requisitos

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Pref. São Luís/MA / 2015 / FCC

Q52.

Quando Maria Sylvia Zanella di Pietro afirma “ser correta a afirmação de que todo serviço público visa atender a necessidades públicas, mas nem toda atividade de interesse público é serviço público”, pode-se concluir que

- A) as atividades de interesse público, quando prestadas por particulares, não são predicadas como serviço público, que somente guardam esse conceito quando remanescem sob execução direta da Administração pública.
- B) a atuação da Administração pública visa o atendimento direto ou indireto das necessidades públicas, mas a qualificação de determinada atividade como serviço público depende de expressa previsão legal.
- C) para qualificação como serviço público, uma atividade deve apresentar determinadas características, tais como indelegabilidade, regime jurídico de direito público e gratuidade.
- D) a determinação do que vem a ser serviço público depende de escolha discricionária da Administração pública, o que permite a atualização conforme as mudanças na sociedade, ainda que as alterações legislativas no mesmo sentido sejam providenciadas posteriormente.
- E) a submissão a regime jurídico de direito público retira da prestação do serviço público o caráter lucrativo, embora ele possa ser remunerado, vigorando o princípio da modicidade tarifária.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços Públicos / Delegação. / Concessão, permissão e autorização

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q53.

Uma concessionária de serviço público metroviário adquiriu, no decorrer da execução do contrato, bens imóveis onde foram edificadas novas estações, como parte do objeto de ampliação da rede desse modal de transporte; bens imóveis onde foram implantados shoppings e alas de serviço e comércio, também exploradas pela mesma concessionária; e, por fim, terrenos vizinhos das instalações do metrô, para livre exploração, a fim de capturar a valorização e aumento de circulação na região, áreas essas não abrangidas pelo perímetro declarado de utilidade pública para fins de ampliação e operação da rede metroviária. O regime jurídico de direito público

- A) aplica-se às três categorias de bens, tendo em vista que todos foram adquiridos com recursos oriundos da exploração de serviço público, razão pela qual possuem natureza de bens reversíveis, devendo ser transferidos ao poder concedente com o término da vigência contratual.
- B) aplica-se aos bens imóveis utilizados para implantação da infraestrutura do modal de transporte, tais como os trilhos, bem como àqueles onde estiverem instalados os shoppings e demais serviços e comércio, não obstante as três categorias de bens tratadas se consubstanciem em bens reversíveis.
- C) não se aplica aos bens adquiridos pela concessionária diretamente e para exploração livre, considerando que não estejam abrangidos pelo perímetro objeto da concessão e não representem investimento amortizável durante a concessão, tendo sido adquiridos por meio de receitas próprias da empresa.
- D) não se aplica a nenhuma das categorias mencionadas de bens adquiridos pela concessionária, vigendo o regime jurídico de direito privado até o término da concessão, quando ocorre, obrigatoriamente, a reversão dos mesmos ao patrimônio do poder concedente.
- E) aplica-se de forma híbrida, tendo em vista que enquanto figurar na condição de concessionária, a integralidade do patrimônio mobiliário e imobiliário da empresa fica protegido pelo regime jurídico de direito público, não podendo ser penhorado, a fim de evitar qualquer interrupção ao serviço público com eventual perdimento de bens.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q54.

A Superintendência de uma autarquia municipal do setor de transportes editou um decreto estabelecendo a redução da velocidade em determinado trecho de uma estrada, como forma de prevenção de acidentes, cuja violação passou a configurar nova infração de trânsito passível de ser apenada com multa e pontuação na carteira de habilitação dos condutores. Identificou-se, em razão de apuração de denúncia anônima, que o trecho da estrada onde havia sido determinada a redução da velocidade coincidia com o local onde recentemente haviam sido fixados outdoors de propaganda, precedidos de contratação com a Municipalidade. Parecia conveniente, portanto, que a velocidade fosse reduzida naquele trecho, o que potencializaria a exposição dos outdoors. Considerando os fatos narrados,

- A) a atuação da autarquia é independente e autônoma e, como tal, não pode ser questionada, considerando que referido ente possui personalidade jurídica própria, em especial porque o ente não captura ganhos porventura direcionados ao Município.
- B) o ato editado pela autarquia excedeu os limites formais do poder normativo atribuído ao Executivo, tendo em vista que decreto é ato privativo do Chefe do Executivo, bem como materiais, dado que a esse ato não seria permitido inovar no ordenamento jurídico, independentemente da competência constitucional para legislar nessa matéria.
- C) o decreto editado possui vícios apenas de cunho material, porque instituiu nova infração, passíveis de serem sanados com a revogação desta consequência, remanescendo válida a redução de velocidade operada.
- D) a atuação da autarquia pode ter excedido os limites do poder de polícia e editado ato com desvio de finalidade, sendo necessária prova do dolo e, em especial, do abuso de poder praticado, para que seja viável o desfazimento do ato.
- E) violou os poderes conferidos à Administração pública, porque ainda que o conteúdo seja inerente ao poder disciplinar, dirigido a todos os administrados, o ato praticado deveria ter adotado a forma de Resolução ou Portaria.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Pessoa jurídica de direito público e pessoa jurídica de direito privado vinculada à administração pública / Fundações

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/SP / 2012 / FCC

Q55.

As fundações de direito público, também denominadas autarquias fundacionais, são instituídas por meio de lei específica e

- A) seus agentes não ocupam cargo público e não há responsabilidade objetiva por danos causados a terceiros.
- B) seus contratos administrativos devem ser precedidos de procedimento licitatório, na forma da lei.
- C) seus atos constitutivos devem ser inscritos junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, definindo as áreas de sua atuação.
- D) seus atos administrativos não gozam de presunção de legitimidade e não possuem executoriedade.
- E) seu regime tributário é comum sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às suas finalidades essenciais.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Pessoa jurídica de direito público e pessoa jurídica de direito privado vinculada à administração pública / Agências reguladoras

Fonte: ANALISTA DESENVOLVIMENTO GESTÃO JÚNIOR - ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS / Metrô/SP / 2012 / FCC

Q56.

Autarquia criada em regime especial que regula determinados setores, fiscalizando e organizando a atividade econômica, impondo limitações administrativas, exercendo todas funções do Poder Público na concessão, permissão ou autorização de serviço público ou concessão de bem público ao particular. Trata-se de:

- A) Entidade paraestatal.
- B) Agência reguladora.
- C) Agência executiva.
- D) Organização social.
- E) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Pessoa jurídica de direito público e pessoa jurídica de direito privado vinculada à administração pública / Organizações sociais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q57.

Pretende um determinado Município realizar procedimento para identificação, no setor privado, de pessoa jurídica apta a gerir uma unidade de reabilitação recém construída pelo ente no bojo de seu Programa "Cuidar, Reabilitar e Incluir". Uma possível solução para a municipalidade seria a realização de

- A) convênio administrativo com pessoa jurídica que tenha expertise para a gestão do equipamento público e prestação dos serviços públicos daquela natureza, mediante remuneração estipulada pelo número de municípios atendidos.
- B) procedimento de chamamento para seleção e posterior celebração de termo de colaboração com organização da sociedade civil, para a realização das finalidades de interesse público comum e recíprocas de gestão do equipamento público e atendimento dos municípios enquadrados no Programa.
- C) licitação para contratação de organização da sociedade civil sem fins lucrativos, em razão da finalidade social da contratação, para prestação dos serviços de gestão e atendimento dos municípios enquadrados no Programa, limitada a remuneração ao equivalente ao custo da pessoa jurídica.
- D) contratação direta, por meio de dispensa de licitação, com entidade da sociedade civil sem fins lucrativos que preencha os requisitos de notoriedade e apresente comprovada experiência na execução do objeto que se pretende contratar.
- E) procedimento de credenciamento para identificação das pessoas jurídicas aptas à realização dos serviços especializados buscados pelo Município, de modo que possam ser firmados contratos por prazo certo e subseqüentes com todos os integrantes da lista.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Pessoa jurídica de direito público e pessoa jurídica de direito privado vinculada à administração pública / Empresas públicas

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA / SEFAZ - SEGE/MA / 2016 / FCC

Q58.

São exemplos de empresa pública e sociedade de economia mista, respectivamente:

- A) Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.
- B) Agência Nacional de Energia Elétrica e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- C) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Caixa Econômica Federal.
- D) Companhia Nacional de Abastecimento e Banco do Brasil S.A.
- E) Banco do Brasil S.A. e Companhia Nacional de Abastecimento.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Pessoa jurídica de direito público e pessoa jurídica de direito privado vinculada à administração pública / Sociedades de economia mista

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA - ADMINISTRAÇÃO / DPE/AM / 2018 / FCC

Q59.

As entidades integrantes da Administração pública possuem diferentes características e contornos jurídicos, muitos atrelados à própria finalidade por elas desempenhada e ao objeto cometido a cada uma. Nesse sentido, as

- A) fundações possuem necessariamente personalidade de direito público, não se submetendo às regras do Código Civil.
- B) autarquias podem ser constituídas com personalidade de direito público ou privado, a depender da atividade desempenhada.
- C) sociedades de economia mista, mesmo quando atuam em regime de competição no mercado, integram a Administração indireta.
- D) empresas públicas se submetem integralmente ao regime jurídico de direito público, seja na atividade meio ou na atividade fim.
- E) organizações sociais, quando vinculadas ao poder público mediante contrato de gestão passam a integrar a Administração indireta.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos / Espécies e classificação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q60.

Em relação aos servidores públicos que ocupam cargo ou emprego público e ao exercício dos poderes inerentes à Administração pública,

- A) o poder disciplinar aplica-se exclusivamente aos servidores ocupantes de cargos públicos, estando os empregados públicos, no exercício de suas funções, sujeitos ao poder de polícia pelo Estado.
- B) o vínculo efetivo dos servidores públicos autoriza que os ocupantes de cargo exerçam o poder normativo e regulamentar com a edição de decretos autônomos de organização administrativa.
- C) o poder hierárquico distingue-se do poder disciplinar, com este não se confundindo, aplicando-se o primeiro para as relações funcionais com o Poder Público, sendo o disciplinar para qualquer relação contratual entre poder público e terceiros não servidores.
- D) em que pese o poder de polícia se aplique a todos os servidores públicos, no exercício de suas funções, titulares de cargos efetivos, ocupantes de empregos públicos ou aqueles que ocupam cargo em comissão, seu exercício é exclusivo do Chefe do Executivo, em razão de sua indelegabilidade.
- E) não obstante a diversidade de regime jurídico a que estão sujeitos, há normas comuns, aplicáveis às duas categorias, como a exigência de concurso público para ingresso no serviço público, excetuadas as nomeações para cargos comissionados, nos termos da lei.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos / Poderes, deveres e prerrogativas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDADOS / TRT 1ª / 2013 / FCC

Q61.

Quando se determina ao servidor público que ele exerça com zelo e dedicação as atribuições de seu cargo e atenda com presteza o público, está-se diante de

- A) obrigação legal implícita, na medida em que são decorrentes da interpretação dos direitos e deveres dos servidores que constam na legislação vigente.
- B) deveres morais, que somente podem ser utilizados para punição disciplinar na hipótese de haver positividade da regra na unidade de classificação do servidor.
- C) recomendação disciplinar implícita, punível, na reiteração, com demissão.
- D) recomendação moral a todos os servidores públicos, não havendo possibilidade de punição disciplinar em decorrência do desatendimento, a não ser pela análise de desempenho.
- E) deveres legalmente expressos, de modo que o desatendimento possibilita a adoção de providências por parte da Administração pública.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos / Cargo, emprego e função públicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q62.

Entre as semelhanças e distinções possíveis de serem indicadas para os ocupantes de cargos e empregos públicos, está a

- A) possibilidade de submissão a regime público de aposentadoria, independente da natureza jurídica do ente ao qual estão vinculados, desde que previsto na lei de criação do ente.
- B) obrigatoriedade, para ambos, de se submeterem a estatuto disciplinar contendo direitos e deveres, estes que, se violados, dão lugar a processo disciplinar para aplicação de penalidades, exigindo-se participação de advogado para imposição de pena demissão.
- C) obrigatoriedade de prévia submissão a concurso público de provas e títulos, sendo que, no caso de empregados públicos, desde que, da lei que cria o ente que integra a Administração indireta, tenha constado essa exigência.
- D) responsabilidade objetiva para os funcionários públicos, à semelhança do imposto para a Administração direta, enquanto remanesce a modalidade subjetiva para os ocupantes de emprego público e seus empregadores.
- E) possibilidade dos empregados públicos serem demitidos por decisão motivada, não sendo necessário processo disciplinar, tal qual exigido para os funcionários públicos efetivos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos / Responsabilidade civil, criminal e administrativa

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL / TRT 23ª / 2016 / FCC

Q63.

A Administração pública está sujeita a deveres e prerrogativas no seu mais amplo espectro de atuação, que se dá por intermédio de agentes públicos. Os servidores públicos, no exercício de suas funções, também estão sujeitos a deveres e responsabilidades. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.112/1990,

- A) o servidor está sujeito a responsabilização somente quando agir com dolo, conduta que deverá ser objeto de processo disciplinar, sem prejuízo da apuração dos danos civis causados.
- B) o servidor responde diretamente, perante terceiros, pelos danos que a eles causar, não cabendo ação direta contra a Fazenda Pública.
- C) a responsabilidade dos servidores, na esfera civil ou administrativa, decorre de condutas comissivas ou omissivas praticadas no exercício do cargo ou da função, dolosa ou culposamente.
- D) a responsabilidade por infrações penais deve ser apurada antes da responsabilidade civil ou administrativa, porque as absorve, devido a menor gravidade.
- E) as infrações no campo civil, administrativo e penal podem ser processadas em paralelo, mas as sanções não podem se cumular, devendo ser aplicada a sanção mais gravosa.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder hierárquico

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q64.

Suponha que o Secretário de Transportes de determinado Estado tomou conhecimento, por intermédio de matéria jornalística, da existência de longas filas para carregamento dos cartões de utilização dos trens administrados por uma sociedade de economia mista vinculada àquela Pasta. Diante dos fatos apurados, decidiu avocar, para área técnica da Secretaria, algumas atividades de gerenciamento e logística desempenhadas por uma das Diretorias da referida empresa. Fundamentou sua decisão no exercício dos poderes hierárquico e disciplinar. Considerando a situação narrada,

- A) a atuação do Secretário justifica-se do ponto de vista da hierarquia, porém não sob aspecto disciplinar, eis que não identificada infração administrativa.
- B) a decisão baseia-se, legitimamente, apenas no poder disciplinar, que compreende o controle e a supervisão.
- C) descabe a invocação dos poderes citados, sendo certo que a atuação da Secretaria deve se dar nos limites do poder de tutela.
- D) a decisão somente será justificável, sob o fundamento de poder hierárquico, se constada a existência de desvio de conduta pelos administradores da empresa.
- E) a decisão extrapolou a competência disciplinar, que somente pode ser exercida para corrigir desvios na organização administrativa da entidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder disciplinar

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q65.

Os servidores públicos estão sujeitos à hierarquia no exercício de suas atividades funcionais. Considerando esse aspecto,

- A) o poder disciplinar a que estão sujeitos é decorrente dessa hierarquia, visto que guarda relação com o vínculo funcional existente e observa a estrutura organizacional da Administração pública para identificação da autoridade competente para apuração e punição por infrações disciplinares.
- B) submetem-se ao poder de tutela da Administração, que projeta efeitos internos, sobre órgãos e servidores, e externos, atingindo relações jurídicas contratuais travadas com terceiros.
- C) conclui-se que o poder hierárquico é premissa para o poder disciplinar, ou seja, este somente tem lugar onde se identificam relações jurídicas hierarquizadas, funcional ou contratualmente, neste caso, em relação à prestação de serviços terceirizados.
- D) o poder hierárquico autoriza a edição de atos normativos de caráter autônomo, com força de lei, no que se refere à disciplina jurídica dos direitos e deveres dos servidores públicos.
- E) somente o poder hierárquico e o poder disciplinar produzem efeitos internos na Administração pública, tendo em vista que o poder de polícia e o poder regulamentar visam à produção de efeitos na esfera jurídica de direito privado, não podendo atingir a atuação de servidores públicos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder regulamentar

Q66.

Considere as seguintes assertivas concernentes ao poder regulamentar:

I. O regulamento de execução é hierarquicamente subordinado a uma lei prévia, além de ser ato de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

II. O poder regulamentar da Administração pública, também denominado de poder normativo, não abrange, exclusivamente, os regulamentos; ele também se expressa por outros atos, tais como por meio de instruções, dentre outros.

III. Os atos pelos quais a Administração pública exerce o seu poder regulamentar, assim como a lei, também emanam atos com efeitos gerais e abstratos.

IV. O ato normativo, em hipóteses excepcionais, poderá criar direitos não previstos em lei, sem implicar em ofensa ao princípio da legalidade.

Está correto o que se afirma em

- A) I e IV, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes administrativos / Poder de polícia

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TST / 2017 / FCC

Q67.

Suponha que determinada entidade integrante da Administração federal pretenda majorar os valores cobrados dos cidadãos para o licenciamento ambiental de empreendimentos, cuja análise e concessão encontram-se em sua esfera de competência legal. A atuação da referida entidade corresponde à expressão de

- A) poder regulamentar, passível de cobrança por preço público que reflita os custos efetivamente incorridos.
- B) poder normativo, dependendo a majoração da edição de decreto do Chefe do Executivo.
- C) discricionariedade administrativa, representada por ato da autoridade competente, mediante resolução.
- D) regulação da atividade econômica, própria de agências reguladoras, que atuam mediante decisões fundadas na discricionariedade técnica.
- E) poder de polícia, custeado mediante cobrança de taxa instituída, obrigatoriamente, por lei.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Atos administrativos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q68.

A prática de ato de improbidade depende da

- A) demonstração de dolo, por parte dos servidores públicos, para a tipificação da modalidade que causa prejuízo ao erário.
- B) ocupação, para legitimação do sujeito ativo, de cargo público de caráter efetivo, não se estendendo aos ocupantes de emprego público.

- C) demonstraco de prejuízo financeiro aos entes da Administrao direta ou indireta, independentemente da natureza jurídica dos mesmos.
- D) demonstraco de dolo para a configurao da modalidade de improbidade em que o agente público enriquece ilicitamente, recebendo, por exemplo, pagamentos indevidos pela realizao de serviços cotidianos.
- E) prova da concretude do prejuízo, financeiro ou operacional, aos entes de natureza jurídica de direito público, não sendo suficiente a mera violao de regras.

Esse material não podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizaco <http://concursoprepara.com.br>

Segurança Pública / Polícia Civil do DF

Fonte: AGENTE DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q69.

A respeito do desmembramento e da reorganizao da Carreira Policial Civil do DF, julgue o item a seguir.

Tanto o perito médico-legista quanto o agente e o escrivão de polícia integram a carreira de Polícia Civil do DF.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizaco <http://concursoprepara.com.br>

Segurança Pública / Polícia Militar do DF

Fonte: OFICIAL / Polícia Militar/DF / 2010 / CESPE

Q70.

A respeito da organizao básica da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do seu Conselho de Disciplina, bem como do Regime Jurídico dos Policiais Militares da PMDF e do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, julgue os itens seguintes.

 vedado  PMDF compor seu quadro de pessoal civil com contratado no regime celetista.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizaco <http://concursoprepara.com.br>

Segurança Pública / Corpo de Bombeiros Militar do DF

Fonte: BOMBEIRO MILITAR OPERACIONAL / Corpo de Bombeiros Militar/DF / 2011 / CESPE

Q71.

De acordo com a Lei n.º 12.086/2009, no que concerne aos militares do CBMDF, julgue os itens subsequentes.

Os alunos dos cursos de ingresso na carreira de bombeiro militar não são considerados integrantes do efetivo legal do CBMDF.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizaco <http://concursoprepara.com.br>

Defesa do Consumidor / Código de Defesa do Consumidor

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/BA / 2016 / FCC

Q72.

De acordo com as disposições legais e jurisprudência dos Tribunais Superiores, o Código de Defesa do Consumidor se aplica

- A) às entidades abertas de previdência complementar e aos serviços públicos remunerados prestados uti universi, mas não se aplica às entidades fechadas de previdência complementar e nem aos serviços públicos uti singuli.
- B) às entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e aos serviços públicos uti universi et singuli.
- C) às entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e aos serviços públicos remunerados prestados uti singuli, mas não aos contratos de administração imobiliária firmados entre locador (proprietário do imóvel) e a imobiliária e aos serviços públicos uti universi.
- D) às entidades abertas de previdência complementar e aos serviços remunerados prestados uti singuli, mas não se aplica às entidades fechadas de previdência complementar e nem aos serviços públicos uti universi.
- E) às entidades abertas de previdência complementar e aos serviços públicos uti universi et singuli; mas não se aplica às entidades fechadas de previdência complementar.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penitenciário / Lei de Execução Penal

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/BA / 2016 / FCC

Q73.

No que toca à disciplina carcerária,

- A) são vedadas, pela Lei de Execuções Penais, as sanções coletivas.
- B) depois da Constituição Federal de 1988, qualquer sanção disciplinar deve contar com homologação judicial, tendo em conta a atuação fiscalizatória do juiz.
- C) a Lei de Execuções Penais especifica de forma taxativa as faltas de natureza grave e média, sendo que remete ao legislador local a especificação das faltas de caráter leve.
- D) a autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até vinte dias.
- E) a submissão de preso ao regime disciplinar diferenciado poderá ser determinada pelo diretor da casa prisional, em caráter emergencial e excepcional, sendo que a decisão deverá ser ratificada pelo juiz no prazo máximo de vinte e quatro horas, contadas da efetivação da medida.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título I, Dos Princípios Fundamentais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q74.

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que

- A) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- B) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.
- C) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- D) reconhece a autodeterminação dos povos.
- E) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais / Capítulo I

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q75.

À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e garantias fundamentais,

- A) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- C) são gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e mandado de injunção.
- D) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

- E) é vedada, sem exceção, a pena de morte no Brasil.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais / Capítulo II

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TST / 2017 / FCC

Q76.

Empregado de certa empresa privada foi eleito membro suplente de diretoria de sindicato de sua categoria, tendo sido demitido de seu emprego quatro meses após o término do mandato sindical, sem que tenha cometido qualquer falta. A demissão desse empregado mostra-se

- A) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado desde a posse em cargo de direção ou representação sindical, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- B) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- C) incompatível com a Constituição Federal, que veda a dispensa do empregado sindicalizado, na situação retratada, desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- D) compatível com a Constituição Federal, que permite a dispensa do empregado sindicalizado eleito membro titular ou suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical, na situação retratada.
- E) compatível com a Constituição Federal, que não garante estabilidade no emprego àquele que tenha sido eleito membro suplente de diretoria de sindicato ou de entidade de representação sindical.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título III, Da Organização do Estado / Capítulo I

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC

Q77.

A República Federativa do Brasil é composta pela união indissolúvel dos seguintes entes federados

- A) União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- B) União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios.
- C) Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios.
- D) União, Estados e Distrito Federal.
- E) União, Estados e Municípios.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título III, Da Organização do Estado / Capítulo II

Fonte: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC

Q78.

Constitui monopólio da União

- A) o transporte marítimo do petróleo de origem nacional ou internacional destinado ao país.
- B) a refinação do petróleo nacional, mas não do estrangeiro.
- C) a exportação, mas não a importação, de petróleo.
- D) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo.
- E) a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de todo e qualquer minério ou mineral nuclear e seus derivados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título III, Da Organização do Estado / Capítulo III; Capítulo V - Seção I

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA / FUNAPE / 2017 / FCC

Q79.

As normas constitucionais a respeito da organização do Estado brasileiro prescrevem que

- A) os Municípios não são dotados de autonomia, uma vez que a Constituição Federal não lhes garante o poder de dar-se uma Constituição própria.
- B) os Municípios não são dotados de autonomia, uma vez que não possuem Poder Judiciário, mas apenas Poder Legislativo e Poder Executivo.
- C) os Municípios são dotados de autonomia, mas as Câmaras de Vereadores devem limitar-se a regulamentar as leis federais e estaduais para a sua fiel execução.
- D) a União, os Estados e os Municípios são autônomos, mas não o Distrito Federal, que tem a natureza de autarquia federal.
- E) os Estados-membros são dotados de autonomia, tendo a Constituição Federal assegurado-lhes, inclusive, o exercício de competências legislativas exclusivas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título III, Da Organização do Estado / Capítulo IV

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - TÉCNICO DO TESOIRO MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q80.

Sobre a composição das Câmaras Municipais a Constituição Federal estabelece

- A) apenas o número máximo de vereadores em função do número de eleitores registrados no Município.
- B) apenas o número mínimo de vereadores em função da população do Município.
- C) o número exato de vereadores em função da população do Município.
- D) limites entre o número máximo e mínimo de vereadores em função da população do Município.
- E) apenas o número máximo de vereadores em função da população do Município.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título III, Da Organização do Estado / Capítulo VI

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL / TRT 9ª / 2015 / FCC

Q81.

O decreto de intervenção em Município é de competência do

- A) Presidente da República e do Governador do Estado em cujo território esteja localizado, dependendo da hipótese.
- B) Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado em cujo território esteja localizado, dependendo da hipótese.
- C) Tribunal de Justiça do Estado.
- D) Presidente da Assembleia Legislativa, após aprovação da proposta por dois terços dos votos dos parlamentares.
- E) Governador do Estado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título III, Da Organização do Estado / Capítulo VII

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q82.

Cargos e empregos públicos recebem da Constituição Federal de 1998 o tratamento de unidades autônomas de atribuições, para o desempenho das quais

- A) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, regra de caráter absoluto, não sujeita a exceções.
- B) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e as contratações por tempo determinado, previstas em lei, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

- C) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, inclusive para as contratações por tempo determinado e para as nomeações para cargo em comissão.
- D) não é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, mas em processo seletivo simplificado, em razão da constitucionalização dos princípios da razoabilidade e eficiência na gestão da coisa pública.
- E) é exigida a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos para a primeira investidura, não o sendo para as demais, em que o acesso se dá por concurso interno.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título IV, Da Organização dos Poderes / Capítulo I - Seções I, VIII e IX

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q83.

À luz do que disciplina a Constituição Federal quanto ao processo legislativo,

- A) prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- B) o Presidente da República, em caso de urgência e relevância, pode editar medida provisória relativa a direito eleitoral.
- C) caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta do Congresso Nacional.
- D) aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta deixará de vigor imediatamente.
- E) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada, sendo possível, contudo, sua reedição, no caso da perda de sua eficácia por decurso de prazo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título IV, Da Organização dos Poderes / Capítulo II - Seções I a IV

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q84.

Sobre o Poder Executivo, a Constituição Federal estabelece que:

- A) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por prazo superior a 10 dias, sob pena de perda do cargo.
- B) o mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em quinze de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.
- C) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- D) o Presidente da República tomará posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis e promover o bem geral do povo brasileiro, solenidade essa da qual é dispensado o Vice-Presidente da República.
- E) será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Texto da Constituição Federal / Título V / Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo III

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TJ/AP / 2009 / FCC

Q85.

Nos termos da Constituição da República, as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras são exercidas

- A) pela polícia federal.
- B) pelas polícias militares e corpos de bombeiros.
- C) pela polícia ferroviária federal.
- D) pelas polícias civis.
- E) pela polícia rodoviária federal.

Texto da Lei Orgânica do Distrito Federal / Título I, Dos Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal

Fonte: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ÁREA DE ATUAÇÃO: ATIVIDADES / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q86.

Com base no que dispõe a Lei Orgânica do DF (LODF), julgue os itens a seguir.

Promover, proteger e defender os direitos da criança, do adolescente e do jovem é um dos objetivos prioritários do DF expressamente previstos na LODF.

- CERTO
- ERRADO

Texto da Lei Orgânica do Distrito Federal / Título II, Da Organização do Distrito Federal

Fonte: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ÁREA DE ATUAÇÃO: ATIVIDADES / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q87.

Com base no que dispõe a Lei Orgânica do DF (LODF), julgue os itens a seguir.

Ao DF e à União compete, concorrentemente, legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.

- CERTO
- ERRADO

Texto da Lei Orgânica do Distrito Federal / Título III, Da Organização dos Poderes

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO / TCDF / 2012 / CESPE

Q88.

Julgue os itens subsequentes, que versam sobre a organização do DF, conforme disposto em sua Lei Orgânica.

Compete privativamente à CLDF apreciar e julgar, anualmente, as contas do TCDF.

- CERTO
- ERRADO

Texto da Lei Orgânica do Distrito Federal / Título VI, Da Ordem Social e do Meio Ambiente, Capítulo VI

Fonte: MONITOR DE GESTÃO EDUCACIONAL / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q89.

Com base na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue os itens a seguir.

A proteção do meio ambiente é competência comum da União e do DF.

- CERTO
- ERRADO